

# O Novo Modelo de Gestão das Finanças Públicas

Reforma em Curso



Unidade de Implementação  
da Lei de Enquadramento Orçamental







---






Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental

---

Luís Viana  
Responsável Técnico

1. Necessidade de mudança
2. Objetivos
3. Estado da arte e próximos passos
4. Implementação
5. Riscos para a implementação
6. Condições de sucesso
7. Conclusões

-  Instabilidade da Programação Plurianual
-  Desarticulação entre os instrumentos de planeamento (GOP/PE/QPDP)
-  Evolução do modelo de supervisão económica e das Finanças Públicas dos Estados-Membros
-  Necessidade de informação financeira consolidada nos documentos previsionais e de prestação de contas
-  Falta de consistência entre a informação previsional e a informação histórica
-  Modelo de orçamentação orientado para os recursos (*inputs*) e com excesso de detalhe

-  Modelo contabilístico fragmentado e desatualizado
-  Ausência de alguns instrumentos de gestão (modelo de gestão de tesouraria e gestão ativa da receita não fiscal)
-  Necessidade de revisão dos referenciais e práticas de controlo interno e auditoria
-  Aumentar a credibilidade das contas públicas
-  Novas necessidades de informação (transparência)

- ✓ Integrar os diferentes instrumentos de planeamento
- ✓ Alinhar o calendário orçamental com o ciclo do Semestre Europeu
- ✓ Medir os custos e avaliar os resultados das políticas públicas
- ✓ Otimizar a gestão da tesouraria pública diminuindo os encargos de financiamento
- ✓ Introdução de novos processos de gestão



Garantir a qualidade e utilidade da informação orçamental e económico-financeira, implementando o SNC-AP







Promover a transparência das Finanças Públicas em todas as fases do ciclo da Gestão Financeira Pública



Reforçar o controlo interno, a auditoria e a análise independente das contas públicas

## O que conseguimos...

| Data       | Acontecimento  |
|------------|--|
| 2013-02-06 | ➔ Conselho Geral/Composição da Comissão de Normalização Contabilística (DL 134/2012)                               |
| 2013-07-30 | ➔ Divulgação do documento: Linhas Orientadoras para o SNC-AP   |
| 2015-09-11 | ➔ Publicação do Decreto-Lei n.º 192/2015 (aprova o SNC-AP)<br>Publicação da Lei n.º 151/2015 (nova LEO)            |
| 2015-11-19 | ➔ Aprovação da estratégia de acompanhamento das entidades piloto e identificação do primeiro conjunto de entidades |

| Data       | Acontecimento   |
|------------|---|
| 2016-06-28 |  Início da formação das entidades piloto                             |
| 2016-06-29 |  Homologação pelo Sr. SEO do Manual de Implementação do SNC-AP       |
| 2016-07-14 |  Publicação da Portaria n.º 189/2016 – Notas de Enquadramento ao PCM |
| 2016-08-09 |  Publicação da Portaria n.º 218/2016 – Regime Simplificado do SNC-AP |



Data

Acontecimento

2016-11-23



Decreto-Lei n.º 77/2016 – Unidade de Implementação da LEO

2016-12-21



Decreto-Lei n.º 85/2016 – Adiamento para 2018 da entrada em vigor do SNC-AP e necessidade de um plano de ação




2017-04-05



Portaria n.º 128/2017 – Estratégia de Disseminação e Implementação do SNC-AP

2017-04-26 a  
2017-04-27

Acolhimento da 4.ª Reunião do EPSAS Working Group liderado pelo Eurostat

| Data       | Acontecimento   |
|------------|---|
| 2017-04-28 |  Organização da conferência Reforma da Contabilidade Pública: Ponto de Situação e Próximas iniciativas |
| 2017-06-01 |  Comunicação na 38th Annual Meeting of OECD Senior Budget Officials                                    |
| 2017-06-20 |  Publicação da Norma Técnica 1/2017 - UniLEO   |

## ... O que falta fazer



Implementação dos projetos associados à nova LEO e SNC-AP



Gerir a transição para as entidades públicas dos novos processos de gestão financeira pública

# UniLEO e outros agentes da mudança





# Projetos de implementação em curso

## Eixo de Implementação

## Projetos

Eixo I – Planeamento Financeiro e Orçamento

1. Modelos para mapas e demonstrações orçamentais
2. Modelo de preparação de demonstrações financeiras previsionais
3. Novos classificadores orçamentais

Eixo II – Reforma da Gestão da Receita Pública

1. Documento Contabilístico e de Cobrança
2. Entidade Contabilística Estado

Eixo III – Modelo de Controlo Orçamental e Económico-Financeiro

1. Modelo de Gestão de Tesouraria
2. Novo quadro de controlo

## Eixo de Implementação

## Projetos

Eixo IV – Reforma da Contabilidade e Contas Públicas






1. Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas
2. Entidade Contabilística Estado
3. Consolidação de Contas

Eixo V – Reforma do Modelo de Controlo Interno e Auditoria





1. Desenho da estrutura dos macro processos contabilísticos na perspetiva do controlo interno contabilístico

Eixo VI – Suporte

1. *IT Governance*
2. Arquitetura técnica de referência
3. Program Management Office
4. Ações de comunicação
5. Formação





-  Ausência de recursos humanos em quantidade, diversidade e qualidade suficientes
-  Falta de acompanhamento da evolução das IPSAS (benefícios sociais, património histórico, infraestruturas, instrumentos financeiros)
-  Inadequada sequência nos projetos de implementação (*basics first*)
-  Falta de perceção dos benefícios da reforma
-  Dissonância entre as normas e as práticas efetivas (*decoupling*)






Uma reforma com esta abrangência e profundidade necessita:




-  Liderança política e técnica
-  Recursos humanos competentes e dedicados em exclusividade
-  Investimentos consistentes com todo o esforço de implementação
-  Diversidade de competências (direito, financeiras, sistemas de informação, economia, estatística, contabilidade, auditoria, gestão...)



Uma reforma com esta abrangência e profundidade necessita:

-  Gestão dos riscos e da qualidade (*application lifecycle management*)
-  Capacidade de gestão das relações com os fornecedores (COBIT 5)
-  Comunicação e formação constantes
-  Adaptação institucional do Ministério das Finanças e dos restantes ministérios às novas funções, processos e responsabilidades

-  A Nova LEO e o SNC-AP representam uma mudança no modelo de gestão das Finanças Públicas
-  As entidades públicas, aos mais diferentes níveis, terão de efetuar uma revisão profunda dos processos atuais
-  Novas competências terão de ser adquiridas para todas as fases do ciclo de gestão financeira pública
-  O envolvimento de todas as entidades públicas constitui um fator crítico de sucesso
-  A contabilidade de acréscimo como fonte para a preparação de novos indicadores de gestão das Finanças Públicas e as contas consolidadas como base essencial para a elaboração das contas nacionais

-  A implementação das regras de supervisão comunitária necessita de harmonização contabilística na base do acréscimo (EPSAS/IPSAS)
-  Os impactos institucionais desta reforma não podem ser descurados
-  Fomentar a discussão pública desta reforma



Unidade de Implementação  
da Lei de Enquadramento Orçamental

Visitem a nossa página [www.unileo.gov.pt](http://www.unileo.gov.pt)

Ou contactem-nos por email:

Coordenador da UniLEO: [andre.marcalo@unileo.gov.pt](mailto:andre.marcalo@unileo.gov.pt)

Responsável Técnico: [luis.viana@unileo.gov.pt](mailto:luis.viana@unileo.gov.pt)